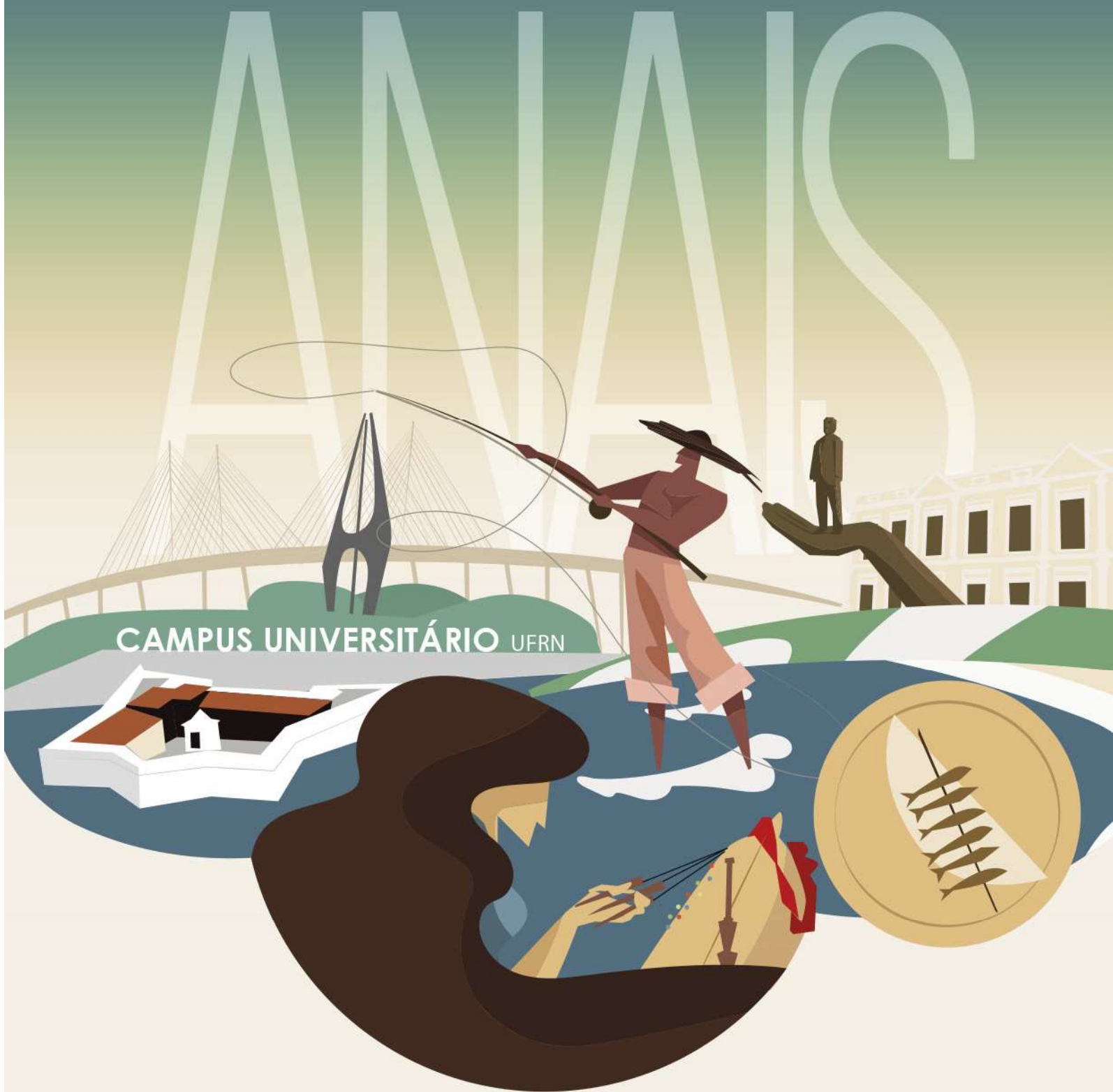




ENEPCP

NATAL/RN BRASIL
27 A 30 DE AGOSTO
2019

Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Biblioteca do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.

Encontro Nacional da (ANEPCP), (3. : 2019 : Natal, Rio Grande do Norte).
Anais do III Encontro Nacional da Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas:
Democracia no século XXI e os desafios para gestão pública / organizado por Lindijane de Souza
Bento Almeida ... [et al.]. – Natal: ANEPCP, 2019.

3155 p. : il. color.

Evento realizado entre 27 e 30 de agosto de 2019.

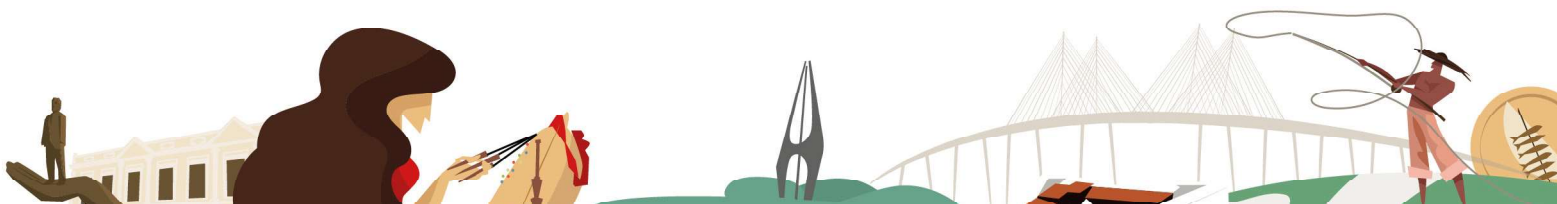
ISSN 2595-5187

1. Políticas Públicas – Brasil. 2. Gestão Pública – Brasil. 3. Políticas sociais – Brasil. 4. Democracia –
Brasil. I. Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas. II. Almeida, Lindijane de
Souza Bento. III. Título.

RN/BS-CCHLA

CDU 304(81)

Ficha catalográfica elaborada por Heverton Thiago Luiz da Silva – Bibliotecário-Documentalista / CRB 15/710



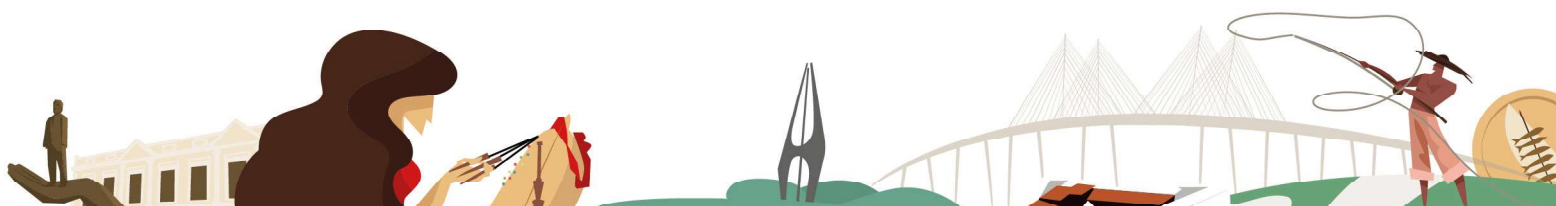
APRESENTAÇÃO

Em 2019, o Brasil inaugurou um novo ciclo político, após décadas de consolidação da democracia e de avanços nas políticas sociais e de promoção da cidadania. Diante dos múltiplos desafios que se apresentam nos contextos político, econômico e social, as principais tarefas do Campo de Públicas serão sua análise e avaliação, bem como a construção de propostas para enfrentamento dos desafios históricos e dos que se colocarão para a gestão do Estado Brasileiro.

De outro lado, é necessário reafirmar o crescimento e a consolidação do Campo de Públicas, produzidos em um contexto favorável de transformações da esfera estatal brasileira, e que ora se vê diante de constrangimentos à manutenção do papel dos agentes governamentais como indutores do desenvolvimento econômico e social e da sua crescente profissionalização.

Foi nesse contexto que a Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (ANEPCP), uma das principais expressões organizadas do Campo, realizou seu terceiro encontro nacional, entre 27 e 30 de agosto de 2019, na cidade de Natal (RN). Com o título Democracia no século XXI e os desafios para a Gestão Pública, o III ENEPCP reuniu pesquisadores, profissionais, professores e estudantes, de graduação e pós-graduação, totalizando 721 participantes.

Foram realizadas atividades voltadas à discussão de temas relativos ao Campo, incluindo conferências, mesas-redondas e sessões temáticas. Além disso, destacaram-se as apresentações de trabalhos em sessões temáticas. Ao todo, o III ENEPCP recebeu 465 resumos, dos quais 389 foram aprovados para apresentação e publicação. Desses, 373 foram enviados e 272 apresentados, gerando um rico debate durante as sessões temáticas.



APRESENTAÇÃO

O tema do evento foi democraticamente escolhido durante encontros presenciais e por canais online de consulta. O evento discutiu aspectos diversos que se relacionam ao tema Democracia no século XXI e os desafios para a Gestão Pública, promovendo debates profícuos que dialogam com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e que se revelam fundamentais para a reflexão acerca dos atuais desafios que se apresentam, atualmente, a gestores públicos no Brasil, a exemplo do objetivo relativo à promoção da educação de qualidade.

Em 2019, a grande novidade foi a realização da I Mostra de Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora do Campo de Públicas, que possibilitou o diálogo entre teoria e prática, além da interlocução entre experiências de extensão de todo o país.

Por todo o exposto, apresentamos os anais do III ENEPCP, os quais, sem dúvidas, se juntam às demais publicações, enriquecendo o Campo de Públicas na busca pelo fortalecimento e profissionalização da gestão pública brasileira.

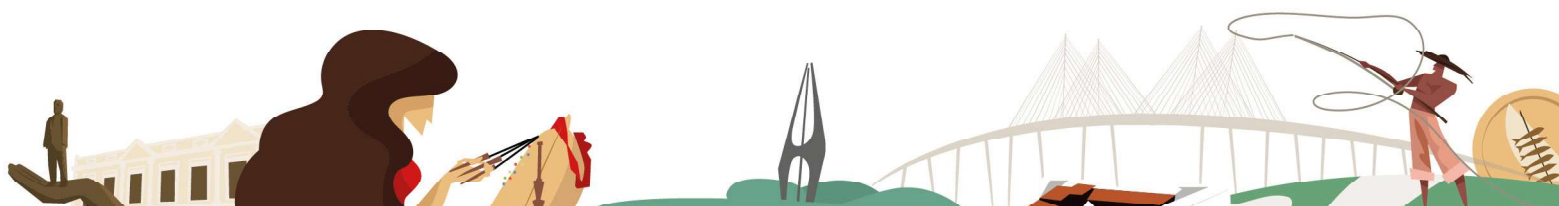
Lindijane de Souza Bento Almeida

Raquel Maria da Costa Silveira

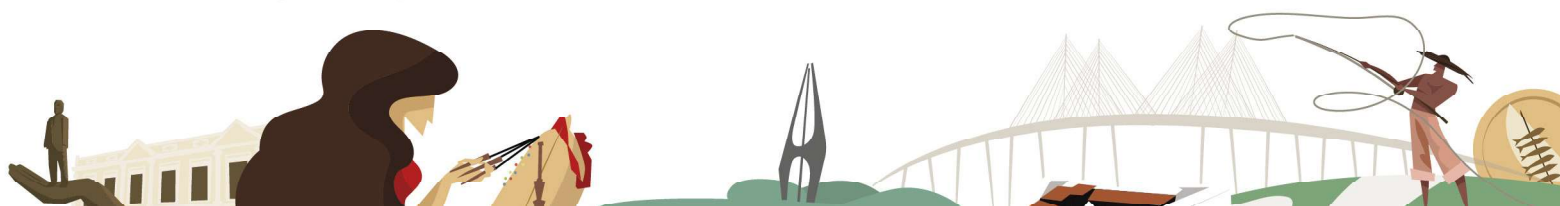
Ana Vitória Araújo Fernandes

Fabiano Jorge Soares

(Organizadores dos Anais)



0024	APRESENTAÇÃO
0026	SESSÕES TEMÁTICAS
0027	ST > 001_Ensino e extensão no Campo de Públicas
0028	ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO CURSO DE GESTÃO PÚBLICA DA UFMG
0043	COMPETÊNCIAS DIGITAIS NO CAMPO DE PÚBLICAS: A FORMAÇÃO DE GESTORES PÚBLICOS DO SÉCULO XXI
0055	PROJETO DE EXTENSÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: APRENDIZADOS E COMPETÊNCIAS EM POTENCIAL
0070	EDUCAÇÃO SUPERIOR E MERCADO DE TRABALHO: ESTUDO DA COLOCAÇÃO DOS EGRESSOS DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA DA UFRB/CAHL.
0086	EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E EDUCAÇÃO: A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA PAIDÉIA CIDADE EDUCADORA
0096	EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E FORMAÇÃO NO CAMPO DE PÚBLICAS: UMA EXPERIÊNCIA DE MAPEAMENTO COMUNITÁRIO NO INTERIOR CEARENSE
0103	LABORATÓRIO DE GESTÃO PÚBLICA: UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO NOS CURSOS DE GESTÃO PÚBLICA DA UFPB
0113	O ENSINO TÉCNICO NO CAMPO DE PÚBLICAS: DAS EXPERIÊNCIAS PRÁTICAS À FORMAÇÃO DE VALORES NA ETEC CEPAM
0127	O LÚDICO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: DESENVOLVIMENTO DE JOGOS DIDÁTICOS PARA A FORMAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA
0137	PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA COMO DIFERENCIAL NA AMPLIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS: UMA EXPERIÊNCIA DE IMPLEMENTAÇÃO
0144	PROGRAMAS DE EXTENSÃO EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS: UM ESTUDO DO PROGRAMA TRILHAS POTIGUARES
0158	A EXPERIÊNCIA DE APRENDIZADO E O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NO ATELIÊ DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS III
0163	UM PANORAMA TEÓRICO SOBRE A AGENDA DE ESTUDO DO CAMPO DE PÚBLICAS NO BRASIL



0175 **ST > 002_Estado, Mercado e Sociedade**

0176 A LUTA DE CHICO MENDES E O DIÁLOGO COM TRÊS TEXTOS DE UM JOVEM MARX

0183 A PRODUÇÃO CIENTÍFICA DOS EMPREENDEDORES POLÍTICOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: AS IDEIAS DE SINGER, GAIGER E ARRUDA

0193 ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AS AGÊNCIAS REGULADORAS ESTADUAIS DA REGIÃO SUL DO BRASIL

0208 DA PRODUÇÃO DO ESTADO À APROPRIAÇÃO PELO MERCADO DO MAIOR CONJUNTO DE HABITAÇÃO SOCIAL DO RIO GRANDE DO NORTE

0221 EFETIVIDADE DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS COMO MECANISMO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL: O CASO DA AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

0239 INSTITUIÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O MERCADO DE TRABALHO NOS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO SUL-FLUMINENSE

0247 INSTRUMENTOS DE POLÍTICA PÚBLICA E AS REFORMAS PREVIDENCIÁRIAS NO BRASIL: MUDANÇAS E CONTINUIDADES

0263 O BNDES NA ESTRUTURAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS NEOLIBERALIZADOS: UMA ANÁLISE DO PAPEL DO BANCO NO SANEAMENTO AMBIENTAL (2002-2018)

0278 O ESTADO DE BEM-ESTAR A PARTIR DE CASOS EMBLEMÁTICOS: UMA ANÁLISE DE INTENÇÕES, ESTRATÉGIAS E CENÁRIOS

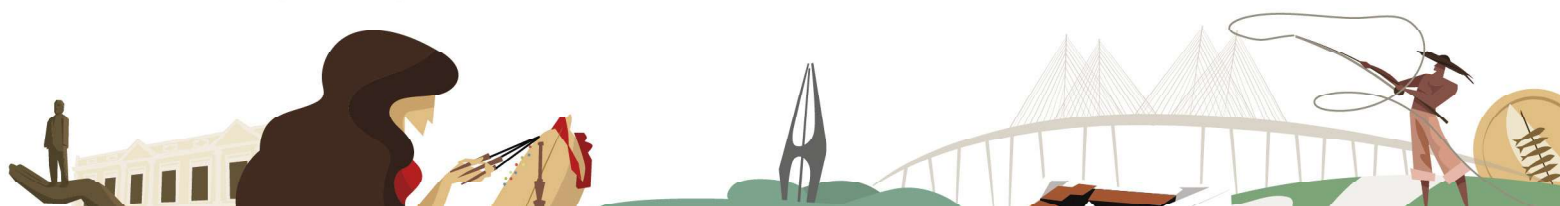
0292 O REGIME AGROALIMENTAR CORPORATIVO FINANCEIRIZADO: A EXPANSÃO DO PROCESSO DE FINANCEIRIZAÇÃO NA CULTURA DO AÇAÍ

0304 SERVIÇO PÚBLICO, CONCESSÃO E REGULAÇÃO NO CONTEXTO BRASILEIRO

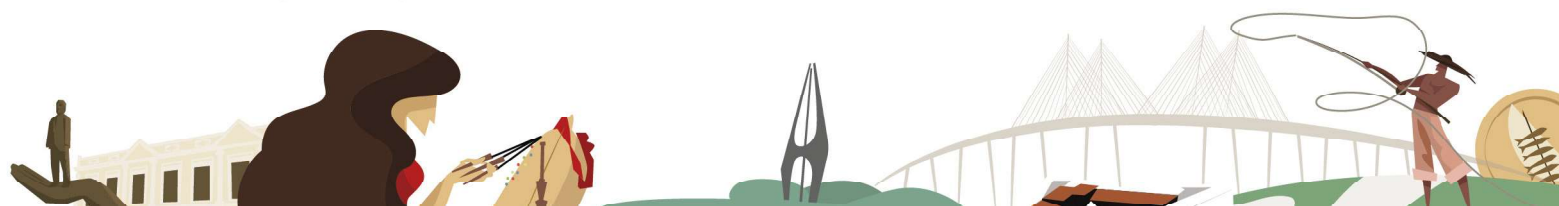
0311 **ST > 003_Análise de Políticas Públicas**

0312 A FORMAÇÃO DA AGENDA GOVERNAMENTAL RELATIVA ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL: UMA APLICAÇÃO DO MODELO DOS MÚLTIPLOS FLUXOS

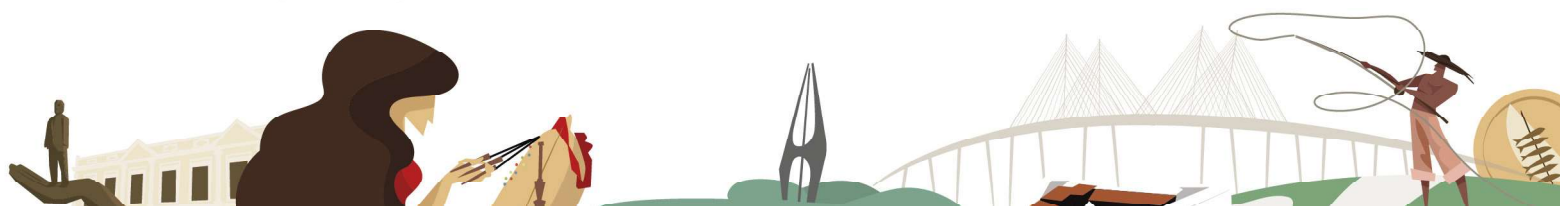
0325 A INFLUÊNCIA DO PODER LEGISLATIVO NO PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO NO ESTADO DE MINAS GERAIS.



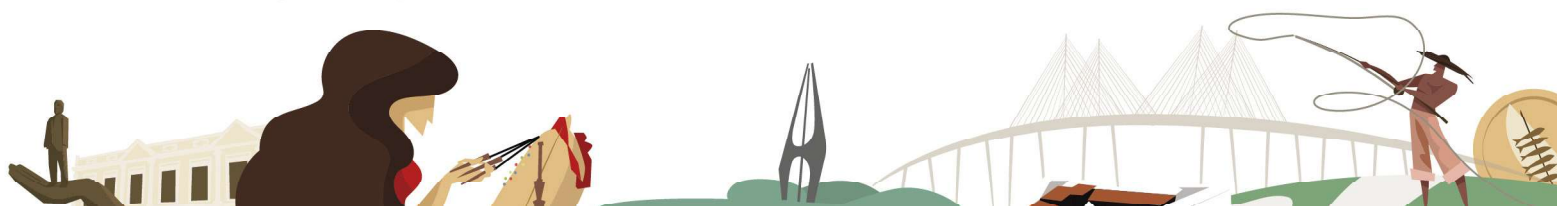
0340	A TEORIA DA EXPANSÃO DAS CAPACIDADES: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O PROGRAMA BRASIL QUILOMBOLA
0351	ARE GOVERNANCE ARRANGEMENTS ALIKE? A TENTATIVE TYPOLOGY BASED ON BUREAUCRATIC RELATIONSHIPS AND SKILLS
0367	ARRANJOS INSTITUCIONAIS DO SERVIÇO DE ACOlhIMENTO INSTITUCIONAL AO IDOSO EM PORTO ALEGRE: OFERTA E REGULAÇÃO REALIZADAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL E SPAAN
0382	CAPACIDADE EXPLICATIVA DE TRÊS MODELOS DE ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS: O CASO DA APROVAÇÃO DOS 10% DO PIB PARA A EDUCAÇÃO NO PNE 2014-2024
0393	CASA DA MULHER BRASILEIRA: ANÁLISE DE POLÍTICA INTERSETORIAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES
0404	COMPETIÇÃO POLÍTICA E POLÍTICAS PÚBLICAS NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS
0423	CONSTRUÇÃO DE CAPACIDADE ESTATAL PARA POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL: A EXPERIÊNCIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
0440	DESIGUALDADE SOCIOECONÔMICA E RESULTADOS EDUCACIONAIS: UMA ANÁLISE DOS MUNICÍPIOS MINEIROS SOB A ÓTICA DA EQUIDADE HORIZONTAL E EQUIDADE VERTICAL
0448	GOVERNOS ESTADUAIS NO ENSINO FUNDAMENTAL: ENTRE A COORDENAÇÃO FEDERATIVA E GESTÃO DA PRÓPRIA REDE
0459	INTERFACES PARA A ANÁLISE DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: A ABORDAGEM COGNITIVA E A COMUNIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS
0471	MESMAS REGRAS, RESULTADOS DIFERENTES: FATORES QUE INFLUENCIAM A DECISÃO DO GASTO PÚBLICO NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS
0483	NOMEAÇÕES POLÍTICAS NOS GOVERNOS MUNICIPAIS E PERFORMANCE BUROCRÁTICA: AVALIANDO O DESEMPENHO
0498	O DESEMPENHO DOS GASTOS PÚBLICOS EM EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE
0509	O DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE NO TERRITÓRIO



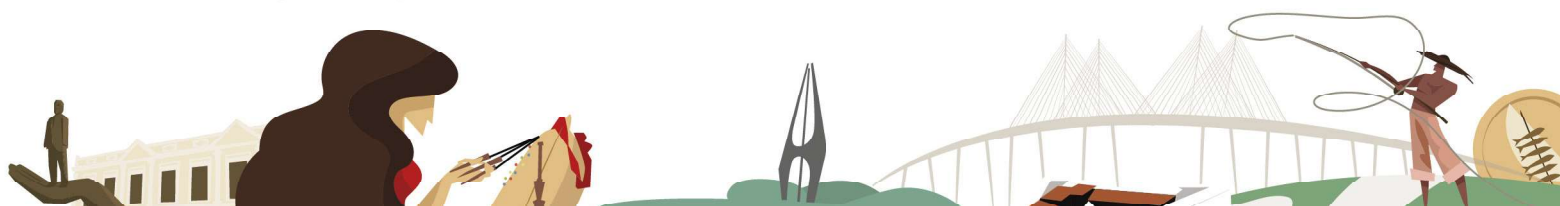
0527	O PAPEL DAS IDEIAS NA DEFINIÇÃO DA AGENDA DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA (2008)
0544	O PAPEL DO ESTADO E NA IMPLEMENTAÇÃO E EXECUÇÃO DE POLÍTICAS URBANAS NA REGIÃO NORTE DE TERESINA-PI
0555	OS CAMINHOS DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL EM SOBRAL
0569	OS MINISTÉRIOS DO PRESIDENCIALISMO: MUDANÇA MINISTERIAL, ROTATIVIDADE DOS CARGOS DE CONFIANÇA E ORÇAMENTO FEDERAL
0583	POLÍTICAS PÚBLICAS À LUZ DA TEORIA DE THOMAS DYE: UM ESTUDO DE CASO DA EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA E SEUS DESAFIOS
0594	RASTROS DE UMA POLÍTICA ANTIMANICOMIAL?
0603	SISTEMAS NACIONAIS DE POLÍTICAS PÚBLICAS E SEUS EFEITOS NA IMPLEMENTAÇÃO: O CASO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)
0625	UM ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE A ESCOLA DE GESTÃO PENITENCIÁRIA E FORMAÇÃO PARA RESSOCIALIZAÇÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA DE JUSTIÇA E CIDADANIA NO CEARÁ
0638	ST > 004_Políticas de Governança Digital e Ação Pública
0639	'IDEOLOGIA DE GÊNERO' E ATIVISMO NA REDE: VELHAS DENOMINAÇÕES, NOVAS COMUNICAÇÕES.
0648	A CENTRAL 156 E O FISCALIZE FORTALEZA COMO POLÍTICAS PÚBLICAS DE CONTROLE SOCIAL
0659	A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA: TRANSPARÊNCIA PASSIVA, ATIVA E PERCEPÇÃO DOS SERVIDORES
0679	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS: DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA À GESTÃO ELETRÔNICA DOS DOCUMENTOS
694	GOVERNANÇA DIGITAL: ANÁLISE DOS PORTAIS GOVERNAMENTAIS DOS MUNICÍPIOS MAIS POPULOSOS DO RIO GRANDE DO NORTE



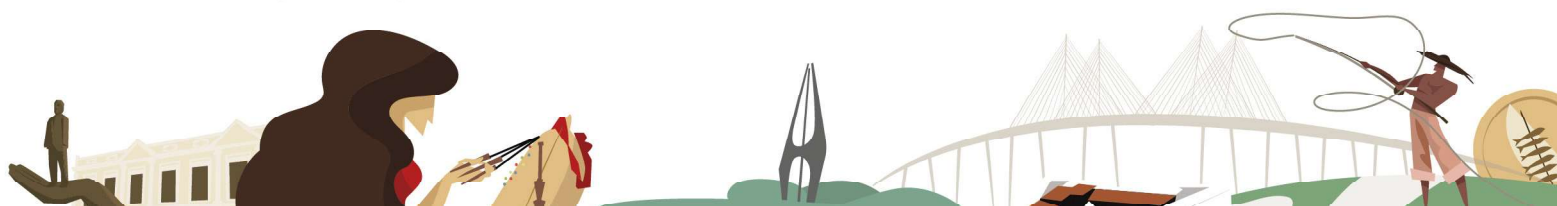
0709	GOVERNANÇA, GOVERNO E GOVERNAMENTALIDADE E A CONFIGURAÇÃO DA POLÍTICA DE INFORMAÇÃO NO DESENHO DE AGENDAS ESTATÍSTICAS OFICIAIS BRASILEIRAS
0727	GOVERNO ABERTO E DADOS GOVERNAMENTAIS ABERTOS NOS WEBSITES DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ/BRASIL
0741	PUBLICIZAÇÃO, ACESSO À INFORMAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E ACCOUNTABILITY NA ERA DA GOVERNANÇA DIGITAL
0749	UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE MONITORAMENTO ESTRATÉGICO COMO FERRAMENTA DE APOIO À GESTÃO PÚBLICA NA SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DO RIO GRANDE DO SUL
0754	ST > 005_ Gestão social e políticas públicas
0755	ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS MUNICIPAIS DE PLANEJAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO RIO GRANDE DO SUL
0765	EDUCAÇÃO E TERCEIRA IDADE: NOVOS CONTORNOS E EXTERNALIDADES
0775	GESTÃO SOCIAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA: A EXPERIÊNCIA DA COMUNIDADE DO SÍTIO LÍRIO EM SANTANA DO CARIRI-CE
0782	GESTÃO SOCIAL E EMPODERAMENTO FEMININO: UM ESTUDO DA MARICULTURA EM RIO DO FOGO/RN
0787	POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA
0794	POLÍTICAS PÚBLICAS NA FRONTEIRA NORTE: A COOPERAÇÃO INTERAGÊNCIAS COMO INSTRUMENTO DE GOVERNANÇA
0808	POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL: AVANÇOS PARA O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA SOB O CONCEITO DE INTERSETORIALIDADE EM PERSPECTIVA COMPARADA
0819	PROTEÇÃO SOCIAL EM METRÓPOLES: QUAIS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS?
0832	QUE LIXO É ESSE? UM PROBLEMA DE TODOS
0837	REFLEXÕES SOBRE A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NA PRÁTICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA



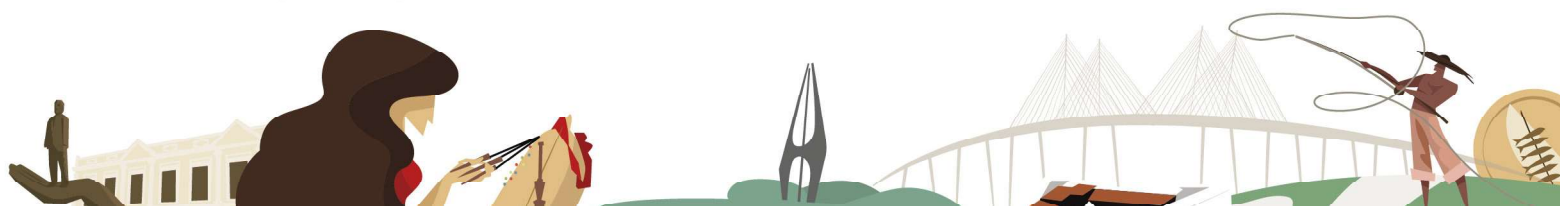
0845	ST > 006_Estado e Democracia - Representação, Participação e Controle Social na Gestão Pública
0846	A ESCALA BRASIL TRANSPARENTE E SEUS REFLEXOS NA ACCOUNTABILITY SOCIETAL
0858	A ORGANIZAÇÃO DO ASSOCIATIVISMO NAS CIDADES DE NATAL E MOSSORÓ/RN
0872	ACCOUNTABILITY NA GESTÃO PÚBLICA: UMA ANÁLISE DA ADEQUAÇÃO DOS PORTAIS DA TRANSPARÊNCIA DOS MUNICÍPIOS DO EXTREMO OESTE DA BAHIA À LEI Nº 12.527/2011
0886	ANÁLISE DA PRODUÇÃO LEGISLATIVA SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS
0903	CONTROLE EXTERNO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL - ESTUDO DE CASO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS
0922	DEMOCRACIA DELIBERATIVA, CAPITAL SOCIAL E COPRODUÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS: POTENCIAIS E DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DA SINERGIA ESTADO-SOCIEDADE
0936	ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA CONSTRUÇÃO PLANOS DIRETORES EM PEQUENOS MUNICÍPIOS
0946	GESTÃO DO CONHECIMENTO NA ESCOLA DE CONTAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO [TCMSP]: ARTICULAÇÃO ENTRE TCMSP, PREFEITURA E SOCIEDADE
0963	INSTITUIÇÕES PARTICIPATIVAS E AGENDA GOVERNAMENTAL: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE DOS EFEITOS DA PARTICIPAÇÃO SOBRE A GESTÃO PÚBLICA
0976	INSTITUIÇÕES PARTICIPATIVAS E CAPACIDADE INCLUSIVA: UM MAPEAMENTO DA PRESENÇA DE MULHERES NOS CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIROS
0992	LIMITES E CONTROVÉRSIAS DA PARTICIPAÇÃO COMO MECANISMO DE GESTÃO PÚBLICA NA PERIFERIA METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO
1009	O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL FORMADO PELAS BASES: O CASO DE UMA ESCOLA DE GOVERNANÇA PÚBLICA
1026	O PPA COMO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL: UM OLHAR A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE NATAL/RN
1038	OS DESAFIOS PARA CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA DIRETA EM FORTALEZA/CE: "OS NOVOS VEREADORES" COMO POSSIBILIDADE DE REPRESENTAÇÃO E PODER



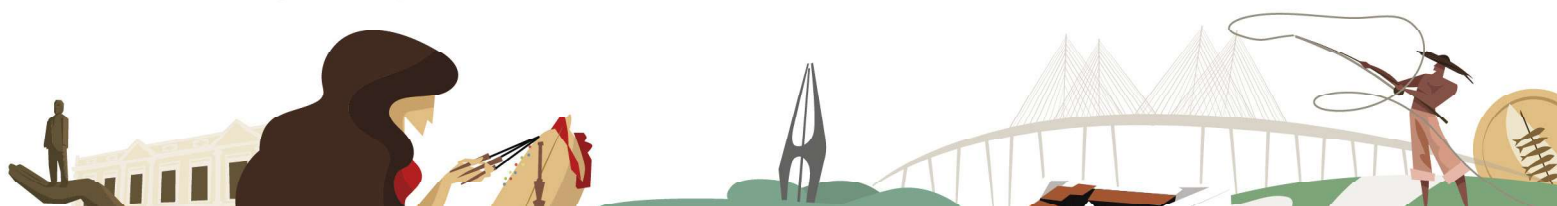
1057	OS MODELOS DE COPRODUÇÃO E O DESIGN THINKING: A COPRODUÇÃO DO DESIGN DO SERVIÇO DE LIBERAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS EM ESPAÇO PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
1070	PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGROECOLOGIA: O CASO DA CÂMARA TEMÁTICA DA AGRICULTURA ORGÂNICA (2016 – 2017)
1085	POLÍTICAS PÚBLICAS E CONTROLE SOCIAL: A PERCEPÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS SOBRE O CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE JUAZEIRO DO NORTE-CE
1103	PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO NA REGIÃO TURÍSTICA CAMINHO DOS CANYONS: ARRANJOS DE GOVERNANÇA SOB A ÓTICA DA GESTÃO DESCENTRALIZADA DO TURISMO
1113	QUEM PLANEJA A CIDADE: UMA ANÁLISE SOBRE A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA CONSTRUÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO 2017-2020 DO RIO DE JANEIRO
1123	COMPETIÇÃO POLÍTICA E POLÍTICAS PÚBLICAS NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS
1140	ST > 007_Federalismo e Relações Intergovernamentais
1141	A ATUALIDADE E O INEDITISMO DO CONSÓRCIO NORDESTE
1152	A GOVERNANÇA PARA A GESTÃO DOS EFEITOS DO DESASTRE EM MARIANA
1164	ASPECTOS DA COORDENAÇÃO FEDERATIVA NO ÂMBITO DO SUAS: UMA ANÁLISE DOS PACTOS INTERGOVERNAMENTAIS DE APRIMORAMENTO DA GESTÃO (2006-2017)
1181	AUTONOMIA DECISÓRIA NO CONTEXTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA ANÁLISE DAS METRÓPOLES PAULISTAS
1192	COORDENAÇÃO INTERGOVERNAMENTAL: O PAPEL DE ALINHAMENTO INFORMACIONAL DAS COMISSÕES INTERGESTORES DO SUAS
1204	EXPERIÊNCIAS DE COLABORAÇÃO INTERFEDERATIVAS NO CONTEXTO EDUCACIONAL BRASILEIRO: POSSIBILIDADES PARA UM SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO
1218	FEDERALISMO E AUTONOMIA: ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DAS UNIDADES FEDERATIVAS
1221	GOVERNANÇA METROPOLITANA: UM MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NO BRASIL



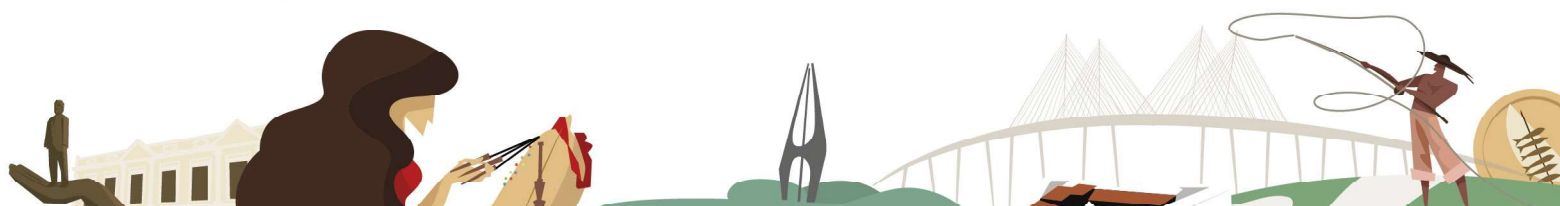
1232	MODALIDADES DE ACORDOS DE COOPERAÇÃO INTERGOVERNAMENTAIS NO CONTEXTO EDUCACIONAL BRASILEIRO: TENDÊNCIAS E CAUSALIDADES
1250	O PLANEJAMENTO REGIONAL INTEGRADO COMO MECANISMO DE ARTICULAÇÃO INTERFEDERATIVA NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: A EXPERIÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
1261	O REGIME DE COOPERAÇÃO: CONSÓRCIOS E ARRANJOS DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL
1281	OS DESAFIOS DE COORDENAÇÃO INTERGOVERNAMENTAL NA EXPERIÊNCIA DO MAIS EDUCAÇÃO
1293	POLÍTICA EXTERNA E FEDERALISMO: ESTUDO A PARTIR DO FÓRUM NACIONAL DE SECRETÁRIOS E GESTORES MUNICIPAIS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
1309	QUAL É A DO ASSOCIATIVISMO TERRITORIAL NA EDUCAÇÃO: CONSÓRCIOS OU ARRANJOS? UMA ANÁLISE DE DUAS EXPERIÊNCIAS NO ESTADO DE SÃO PAULO
1327	RELAÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS E ARRANJOS INSTITUCIONAIS DE COORDENAÇÃO FEDERATIVA: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA ÁGUA PARA TODOS
1338	ST > 008_Concepções teórico-metodológicas e modelos de administração e gestão pública
1339	MODELOS ORGANIZACIONAIS E DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL: UM ESTUDO DE CASO NA REGIÃO METROPOLITANA DE RIBEIRÃO PRETO – SP
1352	NEPOTISMO E SUA ESTRUTURAÇÃO SOCIAL, POLÍTICA, CULTURAL E HISTÓRICA
1361	ANÁLISE DAS PRÁTICAS DE ISOMORFISMO NORMATIVO NA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA DA INFORMAÇÃO ENTRE OS MUNICÍPIOS DAS MESORREGIÕES DA PARAÍBA
1372	CORRENTES TEÓRICAS DO CAMPO DE PÚBLICAS: REFLETINDO SOBRE A RAZÃO DO OUTRO
1386	COMPETÊNCIAS NA CÂMARA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS – SC: UMA ANÁLISE DA TRAJETÓRIA DOS VEREADORES NO EXERCÍCIO PARLAMENTAR
1403	ST > 009_Esferas Públicas não Governamentais



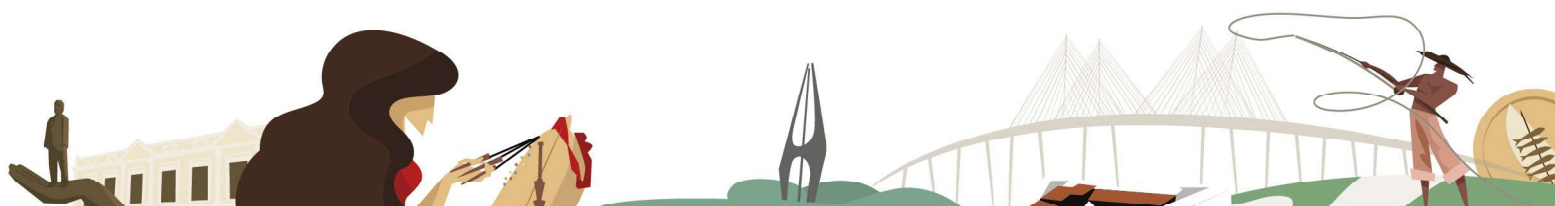
1404	A BUSCA DA GARANTIA POR DIREITOS SOCIAIS: UM ESTUDO DE CASO DA ASSOCIAÇÃO DAS MÃES ESCOLHIDAS - AME
1413	APONTAMENTOS REFLEXIVOS SOBRE O MARCO REGULATÓRIO DO TERCEIRO SETOR NO BRASIL
1421	ARENA PÚBLICA EM TORNO DA POLÍTICA INDIGENISTA NO BRASIL: AVANÇOS E RETROCESSOS
1438	AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA ANÁLISE DO CASO PAULISTANO
1451	O PROCESSO DE “FAZER JUNTO”: PROGRAMA JOVEM MONITOR CULTURAL
1466	ST > 010_História da Administração Pública - Política e Democracia: Reflexões & Ações
1467	PERSPECTIVAS DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E SEUS IMPACTOS NA SOCIEDADE
1476	AS TRAJETÓRIAS DAS DIFERENTES INTERFERÊNCIAS HABITACIONAIS NO COMPLEXO DE FAVELAS DA MARÉ
1479	QUANDO O ESTADO FALHA: A ATUAÇÃO DE UM PRÉ-VESTIBULAR COMUNITÁRIO COMO AGENTE TRANSFORMADOR E DE INSERÇÃO SOCIOCULTURAL
1488	1984 - GEORGE ORWELL: UM ESTUDO COMPARADO ENTRE O CLÁSSICO E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA NOS DIAS ATUAIS
1500	ST > 011_Instrumentos de Gestão Pública
1501	A GESTÃO DO IPTU EM PARNAMIRIM-RN: UMA ANÁLISE À LUZ DOS INSTRUMENTOS DE RECAPTURA DE MAIS-VALIAS URBANAS
1517	ANÁLISE DA ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AÇÃO PÚBLICA NA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL (ANAC): REVISÃO DA RESOLUÇÃO Nº 279
1532	INSTRUMENTOS DE CONTROLE EXTERNOS: UMA ABORDAGEM NO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO -PB
1442	INSTRUMENTOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS: FÓRUM PERMANENTE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
1550	INSTRUMENTOS E DINÂMICAS DA TRANSVERSALIDADE: ANÁLISE DE INSTITUIÇÕES PARTICIPATIVAS DE CULTURA, EDUCAÇÃO, GÊNERO, GERAÇÃO, RAÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL



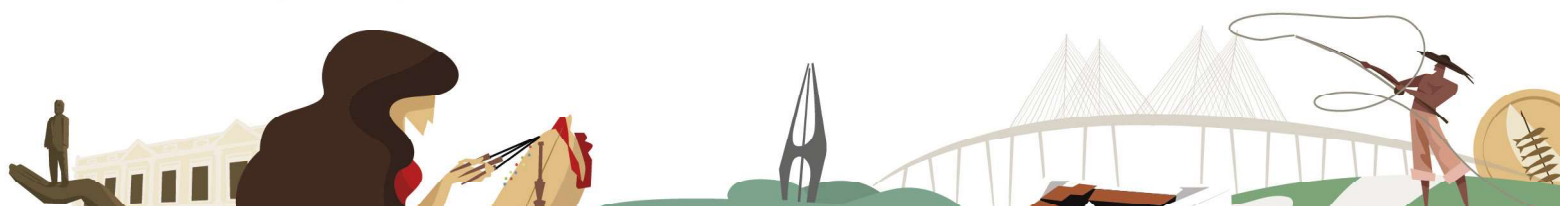
1569	O PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL E MODELOS DE ESTADO NO BRASIL: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DE TRÊS DÉCADAS DE PUBLICAÇÕES DO IPEA
1588	ORÇAMENTO PÚBLICO DOS MUNICÍPIOS DO RECÔNCAVO BAIANO: UMA ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DAS APLICAÇÕES CONSTITUCIONAIS, SAÚDE EDUCAÇÃO E PESSOAL, NO ANO DE 2017
1600	PACTO FEDERATIVO BRASILEIRO: A CONSTRUÇÃO DO ÍNDICE DE DESEMPENHO CONTÁBIL PARA MUNICÍPIOS
1619	PLANEJANDO AÇÕES DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ NUMA UNIDADE DE CRAS DO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO-BA MEDIANTE O USO DE INDICADORES SOCITERRITORIALIZADOS
1630	PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI) E CULTURA ORGANIZACIONAL: APLICABILIDADE DO MODELO OCAI NO DIAGNÓSTICO DA EFETIVIDADE E INTERDEPENDÊNCIA
1647	UM ESTUDO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (ENCTI) - 2012-2015 SOB A PERSPECTIVA DA AÇÃO PÚBLICA
1661	ST > 012_Implementação de Políticas Públicas
1662	“ACHO QUE SEMPRE VAI SER ASSIM”: OS MÚLTIPLOS DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER
1674	A ATUAÇÃO DA BUROCRACIA DE MÉDIO DE ESCALÃO NA CONSECUÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO POLÍTICA DE EXPANSÃO DAS IFES NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
1689	A DISCRICIONARIEDADE DOS BUROCRATAS DE NÍVEL DE RUA NO CONTEXTO DA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA
1701	A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DE ATORES NÃO ESTATAIS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC): A INTERAÇÃO PRESENTE NA ROTA ECOLÓGICA DA COSTA DOS CORAIS.
1716	A INFLUÊNCIA DO CONTEXTO POLÍTICO-INSTITUCIONAL E DOS ATORES NA IMPLEMENTAÇÃO DAS COZINHAS COMUNITÁRIAS EM PORTO ALEGRE
1730	A INFLUÊNCIA DOS PROFESSORES NA ESCOLHA DOS ALUNOS DE ESCOLAS PÚBLICAS EM REALIZAR OU NÃO O ENEM: UM ESTUDO SOBRE BUROCRACIA DE NÍVEL DE RUA
1745	APLICANDO INSIGHTS COMPORTAMENTAIS PARA O APRIMORAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: A FERRAMENTA SIMPLES MENTE



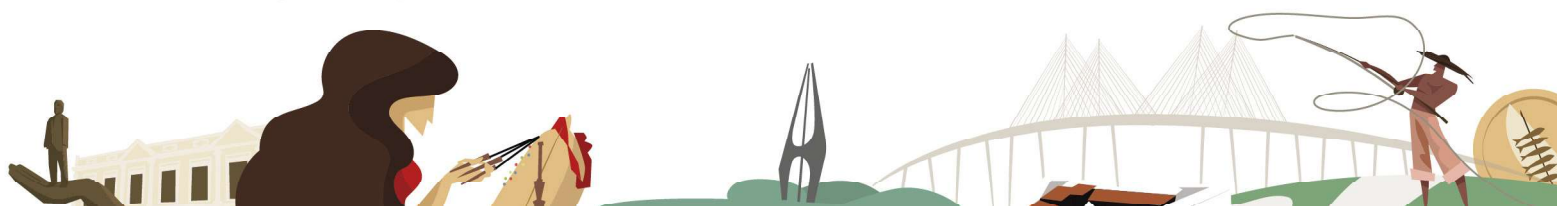
1762	BUROCRACIA DE MÉDIO ESCALÃO DA UFRB: PERCEPÇÕES DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO, COM FUNÇÃO GRATIFICADA, SOBRE CRITÉRIOS DE INDICAÇÃO E COMPETÊNCIAS
1780	BUROCRATAS DE MÉDIO ESCALÃO NO NÍVEL MUNICIPAL: O CASO DAS SUPERVISORAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA CIDADE DE SÃO PAULO
1796	ATENDIMENTO, APRENDIZAGEM E PADRÕES DE SEGREGAÇÃO ESPACIAL NO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA
1808	CAPACIDADES ESTATAIS NO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) EM MG: UMA ANÁLISE COMPARADA DA IMPLEMENTAÇÃO NAS REDES ESTADUAL E MUNICIPAL
1825	CONFLITO E AMBIGUIDADE NAS REGRAS: REFLEXÕES SOBRE A MATERIALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO A MULHERES GESTANTES EM SITUAÇÃO DE RUA
1837	O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA ESPACIAL BRASILEIRA A PARTIR DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ATIVIDADES ESPACIAIS (PNAE)
1853	O PAPEL DA BUROCRACIA DE MÉDIO ESCALÃO NA IMPLEMENTAÇÃO LOCAL DE POLÍTICAS NACIONAIS DE SAÚDE: UM ESTUDO DO PMAQ EM UBS'S DO MUNICÍPIO DE NATAL/RN
1867	POLÍTICA DE COTAS NA PÓS-GRADUAÇÃO: ELABORAÇÃO BOTTOM-UP E CONFIGURAÇÕES RESULTANTES NA UFMG
1882	QUALIDADE BUROCRÁTICA E PERFORMANCE ESTATAL: DESVENDANDO A CAIXA PRETA DO MUNICÍPIO
1889	REGULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: POR EPISTEMOLOGIAS ESPECÍFICAS EM DIREITO E ECONOMIA
1911	URBANIZAÇÃO DE FAVELAS EM FOCO: NOTAS SOBRE O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO EM JOÃO PESSOA/PB.
1928	ST > 013_Criminalidade, Segurança pública e Direitos Humanos - 2 Sub sessão
1929	A ADMINISTRAÇÃO DA POLÍTICA PENITENCIÁRIA NO CEARÁ: NOTAS SOBRE O AS PERCEPÇÕES DOS AGENTES PENITENCIÁRIOS DA REGIÃO DO CARIRI
1938	A CRIMINALIZAÇÃO SELETIVA E A MARGINALIZAÇÃO DA POBREZA: UMA ANÁLISE DO TRÁFICO DE DROGAS NO MUNICÍPIO DE CAMPINÁ GRANDE



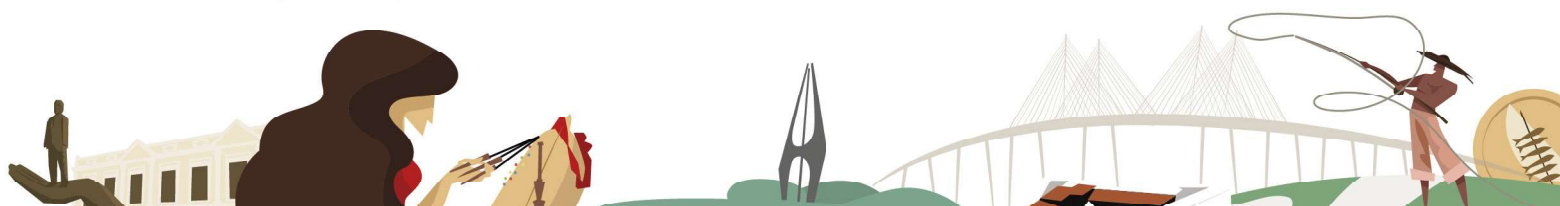
1955	ANÁLISE DO ESTABELECIMENTO DAS FACÇÕES NO CEARÁ E SUAS RELAÇÕES COM A CRIMINALIDADE E VIOLÊNCIA NO ESTADO
1962	ANÁLISE SOBRE AS POSSÍVEIS INFLUÊNCIAS DO PROGRAMA PATRULHA DA CIDADE PARA A SEGREGAÇÃO URBANA E O ETIQUETAMENTO SOCIAL NA CIDADE DE NATAL
1968	AS GRADES QUE PROTEGEM TAMBÉM ENCARCERAM: UMA ANÁLISE DA VIOLÊNCIA URBANA NAS CIDADES
1978	AS PERCEPÇÕES DE JOVENS DO ENSINO MÉDIO EM RELAÇÃO À PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA A PARTIR DO PROTAGONISMO JUVENIL
1986	DINÂMICA DA VIOLÊNCIA HOMICIDA NAS REGIÕES METROPOLITANAS DE NATAL, RECIFE E MANAUS
1998	HISTÓRIA E PERSPECTIVAS DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA NO RIO DE JANEIRO
2011	ÍNDICE DE COMPLIANCE DA ATIVIDADE POLICIAL (ICAP) NO CONTEXTO DO MONITORAMENTO DO USO DA FORÇA NOS TERRITÓRIOS DO PROGRAMA OPORTUNIDADES E DIREITOS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
2027	PANORAMA DOS PERCALÇOS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DA QUESTÃO CARCERÁRIA NA REGIÃO DO CARIRI
2036	POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA PREVENTIVA: ANÁLISE DAS PRÁTICAS E AÇÕES DA UNISEG I, NO TERRITÓRIO DO GRANDE VICENTE PIZÓN
2050	REMIÇÃO DE PENA: OS DESAFIOS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO POTIGUAR PARA GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO
2059	ROUBO E FURTO DE VEÍCULOS NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE EM 2017
2069	SEGURANÇA PÚBLICA E VIOLÊNCIA CONTRA A POPULAÇÃO LGBTQI+: UMA ANÁLISE QUALIQUANTITATIVA DOS ÍNDICES DE VIOLÊNCIA LETAL A HOMENS GAYS NO CEARÁ
2082	SEGURANÇA PÚBLICA NO CEARÁ: ANÁLISE HISTÓRICA DA VIOLÊNCIA NO ESTADO E DA POLÍTICA PÚBLICA DE ENFRENTAMENTO DO ATUAL GOVERNO ESTADUAL – CEARÁ PACÍFICO
2093	UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL COM BASE NO MODELO GARBAGE CAN



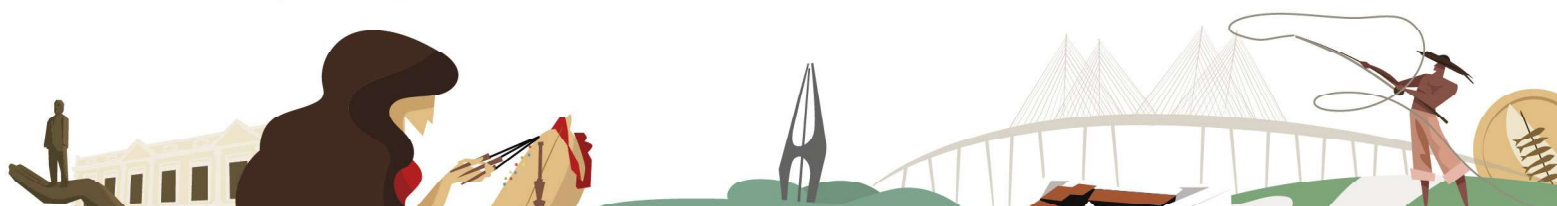
2112	VIOÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE SOB O OLHAR DOS AGENTES DA SEGURANÇA PÚBLICA
2126	ST > 015_ Comunicação social, opinião e políticas públicas
2127	A CULTURA DO SILÊNCIO COMO IMPEDITIVO À EFETIVIDADE DE POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA: UMA PROPOSTA DE DISCUSSÃO
2137	A INDÚSTRIA BOLSONARISTA DE TRENDING TOPICS NO TWITTER: A QUE SE DEVE A EFICIENTE ESTRATÉGIA PRÓ-GOVERNO NAS REDES SOCIAIS?
2148	COMUNICAÇÃO SOCIAL E DEMOCRACIA: O PAPEL DA MÍDIA TRADICIONAL NO GOLPE DE 2016
2165	INVISÍVEIS E HIPERVISÍVEIS: MORADORES DE RUA NO ESPAÇO PÚBLICO URBANO, MÍDIÁTICO E POLÍTICO
2173	O POSICIONAMENTO SOBRE O PROGRAMA UPP NO DISCURSO DE FOTOS JORNALÍSTICAS DE FAVELAS DO RIO DE JANEIRO
2184	O USO DE NUDGES PELAS ESCOLAS DE GOVERNO COMO FORMA DE PROMOÇÃO DOS CURSOS DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL
2192	PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, CUIDADOS E OFERTAS DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS PELO SUAS: ANÁLISE DAS CONCEPÇÕES VEICULADAS PELA MÍDIA BRASILEIRA
2201	USABILIDADE E COMUNICAÇÃO PÚBLICA: ANÁLISE DO PORTAL ELETRÔNICO DA PREFEITURA DE SÃO FÉLIX-BA
2211	ST > 016_ Acesso a serviços públicos e consolidação da cidadania
2212	A DIMENSÃO INSTITUCIONAL DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO NO MUNICÍPIO DE BOM JESUS/RN
2215	A INEFICIÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA NA OPERAÇÃO DO TRANSPORTE PÚBLICO E SEUS EFEITOS NA CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO AO TRANSPORTE: O CASO DE GUARATIBA
2221	ACESSO DA POPULAÇÃO POBRE A TRANSFERÊNCIA DE RENDA E A BENS E SERVIÇOS PÚBLICOS NA BAHIA
2235	ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DO BNDES NOS INVESTIMENTOS DE INFRAESTRUTURA NA ÁREA DE LOGÍSTICA JUNTO A ENTES FEDERADOS



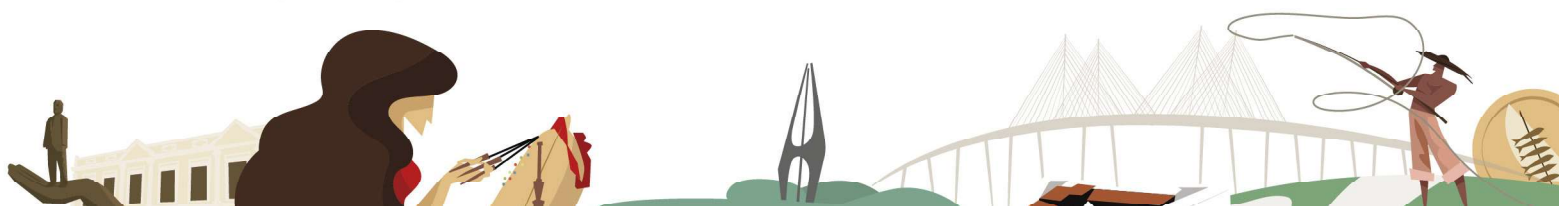
2250	BNDES E A ABORDAGEM BASEADA EM DIREITOS HUMANOS DE SUAS SALVAGUARDAS SOCIOAMBIENTAIS: UM PROBLEMA DE DEFINIÇÃO DE AGENDA NUMA PERSPECTIVA COMPARADA
2260	DESAFIOS PARA UMA GESTÃO SUSTENTÁVEL: JUAZEIRO DO NORTE/ CE E O SANEAMENTO BÁSICO
2269	DESIGUALDADES NO ACESSO A AÇÕES E SERVIÇOS NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: UMA ANÁLISE ENTRE AS REGIÕES DE SAÚDE
2282	DESIGUALDADES URBANAS E ESCOLARES: A OFERTA DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS EM NATAL/RN
2293	GASTO AMBIENTAL NO ESTADO DO PARANÁ: UM ESTUDO SOBRE A INFLUÊNCIA DE FATORES POLÍTICOS NO CICLO ORÇAMENTÁRIO
2311	PANORAMA DO GASTO PÚBLICO FEDERAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PERSPECTIVAS
2327	PEQUENAS CIDADANIAS: DESIGUALDADES DE ACESSO A SERVIÇOS PÚBLICOS NA INFÂNCIA NO BRASIL E SEU IMPACTO NA DISTRIBUIÇÃO DE BEM-ESTAR
2346	POLÍTICA EDUCACIONAL: GESTÃO PARA A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS ESTUDANTIS
2352	POLÍTICAS E PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS ADOTADAS NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: UM ESTUDO NO DECANATO DE EXTENSÃO
2369	POLÍTICAS PÚBLICAS DE ATENDIMENTO A DEPENDENTES QUÍMICOS: UM ESTUDO DO CENTRO DE REFERÊNCIA EM PREVENÇÃO E ATENÇÃO À DEPENDÊNCIA QUÍMICA
2382	'ROBIN HOOD IN REVERSE': PERSISTENCE AND BARRIERS TO REDISTRIBUTIVE FISCAL POLICY
2399	UM ESTUDO SOBRE AS AÇÕES DE RASTREAMENTO DO CÂNCER DE MAMA EM UNIDADES DE ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE EM RIBEIRÃO PRETO - SP
2392	ST > 017_ Avaliação de Políticas Públicas
2393	A AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE FISCALIZAÇÃO URBANA EXECUTADA PELA AGÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE FORTALEZA NA PERSPECTIVA METODOLÓGICA QUALITATIVA
2408	A EFICIÊNCIA DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO MINERAL (CFEM) NA PROMOÇÃO DE MELHORIAS NO BEM-ESTAR SOCIAL EM MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS
2422	A EXPERIÊNCIA PAULISTA RECENTE DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO PERÍODO 2014-18 – LIÇÕES APRENDIDAS E DESAFIOS



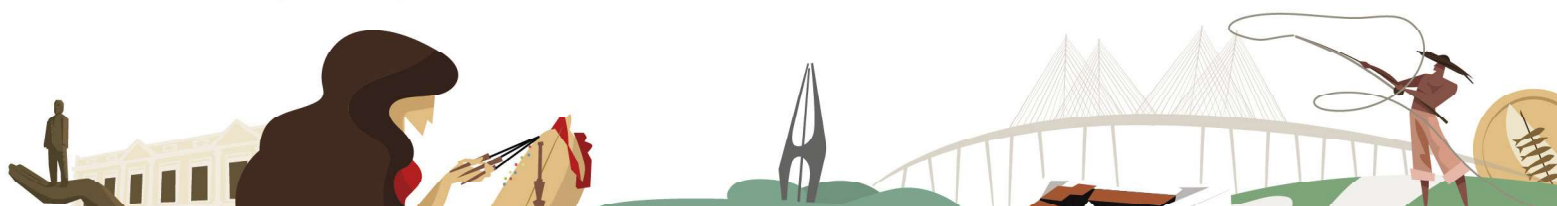
2430	A RELAÇÃO ENTRE GÊNERO E GESTÃO DE RECURSOS PÚBLICOS: PREFEITAS E A EFICIÊNCIA DA SAÚDE PÚBLICA MUNICIPAL NO RIO GRANDE DO NORTE DE 2012 A 2014
2443	ABORDAGEM NEOCORPORATIVISTA DO ESTADO NA FORMULAÇÃO DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
2452	ALÉM DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA PROPOSIÇÃO ESTRUTURAL PARA AVALIAÇÃO POLÍTICA
2466	AUTONOMIA ECONÔMICA MULHERES RURAIS DO SERIDÓ: UMA ANÁLISE DO ACESSO A ATER MULHERES E OUTRAS POLÍTICAS
2475	AVALIAÇÃO AXIOLÓGICA DO PROGRAMA DE TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL: EXPLORANDO O PÚBLICO DA ACESSIBILIDADE
2487	AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: O “ESTADO DA ARTE” DA PRODUÇÃO EM PERIÓDICOS NO BRASIL
2497	AVALIAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE FRENTE AO DUPLO PAPEL DO ESTADO NO CAMPO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
2509	AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: A INFLUÊNCIA DO CONTEXTO ESCOLAR NO IDEB DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE PORTO ALEGRE
2518	IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: AVALIAÇÃO POR MEIO DE SUAS ROTINAS
2531	IMPORTÂNCIA E LIMITES DO USO DE ÍNDICES SINTÉTICOS PARA FORMULAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
2544	INTERSECCIONALIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS: AVALIAÇÃO E ABORDAGENS NO CAMPO DO ESTUDO DO DIREITO E DA ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS
2553	META-AVALIAÇÃO (OU META-ANÁLISE) DOS ESTUDOS AVALIATIVOS COMO ESTRATÉGIA DE AVALIAÇÃO DE MÉRITO DO PROGRAMA ÁGUA PARA TODOS
2568	O CAMPO DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL
2583	O CENTRO DE REFERÊNCIA ELIZABETH NASSER: ANÁLISE DO IMPACTO DA NOVA ESTRUTURA NA PRESTAÇÃO DE ATENDIMENTO A MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA EM NATAL/RN
2597	O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO DESENVOLVIMENTO DA VITIVINICULTURA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM



2606	O PAPEL DOS MARCOS NORMATIVOS NA PRODUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE DA ARTICULAÇÃO ENTRE PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO EM LEGISLAÇÕES DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA
2622	PARA QUÊ, COMO AVALIAR EM PROFUNDIDADE? ANÁLISE DAS DIMENSÕES POLÍTICAS, EPISTEMOLÓGICAS E METODOLÓGICAS DE UMA NOVA PERSPECTIVA DE AVALIAÇÃO
2635	POLÍTICAS PÚBLICAS, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO NO NORDESTE BRASILEIRO
2652	ST > 018_ Democracia e Direitos: Desafios da e Para a Ação Pública
2653	A CONSTRUÇÃO DA AGENDA DE GÊNERO NA REUNIÃO ESPECIALIZADA DE AGRICULTURA FAMILIAR DO MERCOSUL: O PROGRAMA REGIONAL DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL
2670	A FORMAÇÃO DO BRASIL A PARTIR DA OBRA O COLONO PRETO COMO FATOR DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA
2677	BUROCRACIA REPRESENTATIVA: UMA RE (PRODUÇÃO) DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO E RAÇA?
2693	CONDIÇÕES ESTRUTURAIS PARA UMA DEMOCRACIA MAIS PARTICIPATIVA: LEITURA DOS DADOS DO LATINOBARÔMETRO (1995-2017)
2709	EDUCAÇÃO POLÍTICA EM MINAS GERAIS: REFLEXÕES, INICIATIVAS, DESAFIOS E APRENDIZADOS
2726	EMPREENHIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS E SUAS INTERFACES COM A VALORIZAÇÃO DA MULHER NO TRABALHO ASSOCIATIVO: O CASO DA ECOLANCHES
2737	LOBBY DO BATOM- ATUAÇÃO E COESÃO FEMININA
2739	LUTA E EMANCIPAÇÃO INDÍGENA NA AMÉRICA LATINA: O CASO DA BOLÍVIA
2750	O VOLUNTARIADO COMO FERRAMENTA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL
2788	ST > 019_ Transparência, Controle Social e Combate à Corrupção na Administração Pública
2789	CORRUPÇÃO, TRANSPARÊNCIA E CGU: ANALISANDO O CONTEXTO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO DIREITO DE ACESSO À INFORMAÇÃO
2810	POLÍTICA PÚBLICA DE WELFARE STATE DOS MUNICÍPIOS DA SERRA GAÚCHA E O IMPACTO SOBRE A TRANSPARÊNCIA
2826	COMPLIANCE: MECANISMO DE CONTROLE DAS ATIVIDADES INTERNAS DA ORGANIZAÇÃO

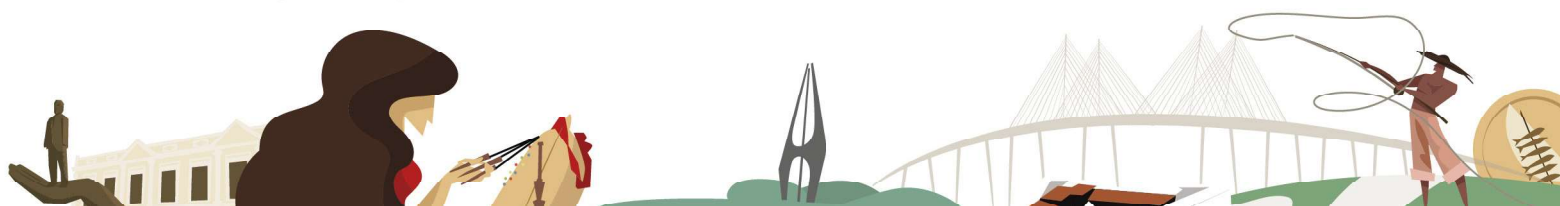


2833	CONTROLE SOCIAL: AS AÇÕES DO OBSERVATÓRIO SOCIAL EM FOZ DO IGUAÇU/PARANÁ/BRASIL
2846	DINHEIRO E SUCESSO NAS URNAS: UMA ANÁLISE DO FINANCIAMENTO ELEITORAL DOS CANDIDATOS DO RIO GRANDE DO NORTE À CÂMARA FEDERAL NAS ELEIÇÕES DE 2018
2855	EDUCAÇÃO BÁSICA E TRANSPARÊNCIA: UMA ANÁLISE SOBRE AS POLITICAS E OS RECURSOS PÚBLICOS VOLTADOS À EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA
2872	ESTUDO DAS AÇÕES DE PARCERIAS FORMAIS E INFORMAIS ENTRE A CGU E AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA PARA PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO
2887	ÉTICA COMPORTAMENTAL, ORGANIZAÇÕES E CORRUPÇÃO: PROPOSTAS PARA O APRIMORAMENTO DOS PROGRAMAS DE INTEGRIDADE DO PODER EXECUTIVO FEDERAL
2899	ÍNDICE DE GESTÃO FISCAL: UMA ANÁLISE DA QUALIDADE DA GESTÃO FISCAL DOS MUNICÍPIOS BAIANOS
2914	O CIDADÃO E O ORÇAMENTO PÚBLICO: UMA ANÁLISE DA COMPREENSÃO DOS DISCENTES DE ADMINISTRAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA UFCA SOBRE ORÇAMENTO PÚBLICO
2926	O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA E O APRIMORAMENTO DO CONTROLE SOBRE O JUDICIÁRIO
2940	O USO DE EMENDAS PARLAMENTARES COMO INSTRUMENTO DE MANUTENÇÃO DE GRUPOS POLÍTICO-FAMILIARES NO PODER
2953	ST > 020_ Gestão urbana e políticas públicas ambientais
2954	A GESTÃO DOS RESÍDUOS ELETROELETRÔNICOS NO BRASIL: UM ESTUDO À LUZ DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS
2966	ÁREAS DE RISCO E PLANEJAMENTO URBANO: O CASO DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE TIBAU DO SUL
2978	CIDADES SUSTENTÁVEIS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS URBANAS: DESAFIOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL/RN
2988	CIDADES SUSTENTÁVEIS: ESTUDO DOS INDICADORES DA CIDADE DE JOÃO PESSOA-PB
3007	CIDADES, VULNERABILIDADES E RISCOS: UMA ESTAGNAÇÃO NA GESTÃO DE RISCOS DA CIDADE DO NATAL/RN?
3014	CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DO ADENSAMENTO URBANO EM NATAL A PARTIR DO MAPEAMENTO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO ATUALMENTE IMPLANTADO



SUMÁRIO

3036	ENERGIA EÓLICA E SOLAR: PRODUÇÃO NO BRASIL E O IMPACTO SOCIOAMBIENTAL NOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE (RN)
3050	LEGISLAÇÃO URBANA E SUSTENTABILIDADE: REFLEXÕES SOBRE O CASO DE JUAZEIRO DO NORTE - CE
3058	MUDANÇAS CLIMÁTICAS EM CIDADES COSTEIRAS E A GESTÃO DOS RISCOS À POPULAÇÃO DA ZONA COSTEIRA DE NATAL-RN
3074	O PAPEL DOS ECOPONTOS NO PLANO FORTALEZA 2040: UM ESTUDO SOBRE A POLÍTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS E A PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL MUNICIPAL
3089	O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NO CONTEXTO NACIONAL DE ELABORAÇÃO DOS PLANOS DIRETORES E DO SISTEMA NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
3106	POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS: PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM PERIÓDICOS NACIONAIS DA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO ENTRE 2013 E 2017
3120	REGULAÇÃO DO ACESSO A ÁGUA E EXCLUSÃO SOCIAL NA CALIFÓRNIA
3128	SUSTENTABILIDADE E AGROECOLOGIA NO SERTÃO CARIRIENSE: REFLEXÕES SOBRE A CASA DE SEMENTES CRIOULAS "SENHOR DOS EXÉRCITOS", EM CRATO — CE
3140	SUSTENTABILIDADE E EDUCAÇÃO: UMA REVISÃO SOBRE O PAPEL DESEMPENHADO PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI-CE NA CONSTRUÇÃO DE UM TERRITÓRIO SUSTENTÁVEL
3148	SUSTENTABILIDADE E MOBILIDADE URBANA: O CASO DO PROJETO BICICLETAR EM FORTALEZA



EXPEDIENTE

Periodicidade da publicação: Bianual

Idioma que serão aceitos os artigos: Português

Autor corporativo: Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas - ANEPCP, ISSN 2595-5187
Secretaria do Departamento de Gestão de Políticas Públicas da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas, Universidade de Brasília (GPP/FACE/UnB), Campus Darcy Ribeiro CEP: 70910-900

Site: <http://www.anepcp.org.br/>
Contato: anepcp@gmail.com

CORPO EDITORIAL

Anais do ENEPCP v.3, n.3, 2019

DIRETORIA DA ANEPCP

Lindijane de Souza Bento Almeida (UFRN)
Suylan de Almeida Midlej e Silva (UnB)
Rodrigo Rossi Horochovski (UFPR)
Gabriela Spanghero Lotta (UFABC)
Patrícia Vendramini (UDESC)
Edgilson Tavares de Araújo (UFBA)
Maria Isabel Araújo Rodrigues (FJP-MG)

COMITÊ CIENTÍFICO

Carlos Bernanrdo Vainer (IPPUR - UFRJ)
Christiana Freitas (UnB)
Edgilson Tavares de Araújo (UFBA)
Fernando de Sousa Coelho (USP)
Fernando Luiz Abrúcio (FGV)
Gabriela Spanghero Lotta (UFABC)
Lindijane de Souza Bento Almeida (UFRN)
Luciana Leite Lima (UFRGS)
Luciana Pazini Papi (UFRGS)
Magda de Lima Lúcio (UnB)
Marco Antônio Carvalho Teixeira (FGV)
Maria Isabel Araújo Rodrigues (FJP-MG)
Nirvia Ravena (UFPA)
Patrícia Vendramini (UDESC)
Raquel Maria da Costa Silveira (UFRN)

Regina Claudia Laisner (UNESP)
Renata Bastos da Silva (UFRJ)
Rodrigo Rossi Horochovski (UFPR)
Rosana de Freitas Boullousa (UFBA/UnB)
Sabrina Cabral (UFPB)
Suylan de Almeida Midlej e Silva (UnB)
Zilma Borges de Souza (FGV)

COMISSÃO ORGANIZADORA

COORDENAÇÃO GERAL

Lindijane de Souza Bento Almeida

COORDENAÇÃO ADJUNTA

Raquel Maria da Costa Silveira

SECRETARIA EXECUTIVA

Ana Vitória Fernandes
Marcos Adler

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Fabiano Jorge Soares

ASSESSORIA CULTURAL

João Victor Moura Lima

ASSESSORIA LOGÍSTICA

Cadmiel Mergulhão
Pedro Henrique Correia

ASSESSORIA TÉCNICA

Tayse Cristina
Wagner Rocha
Cinthy Lorrane
João Victor Queiroz

DIREÇÃO DE ARTE

Amanda Duarte
Fabiano Jorge Soares

EQUIPE DE APOIO À ORGANIZAÇÃO DO EVENTO

Lenywtton Willian de Freitas
Nadya Narjara de Azevedo Farias
Brunno Costa



ORGANIZAÇÃO LOCAL

Alexsandro Ferreira (UFRN)
Anderson Santos (UFRN)
Cláudio Roberto de Jesus (UFRN)
Hironobu Sano (UFRN)
Joana Moura (UFRN)
Maria do Livramento Clementino (UFRN)
Pâmela Brandão (UFRN)
Sandra Gomes (UFRN)
Sara Medeiros (UFRN)
Terezinha Cabral (UERN)
Thiago Dias (UFRN)
Zoraide Pessoa (UFRN)

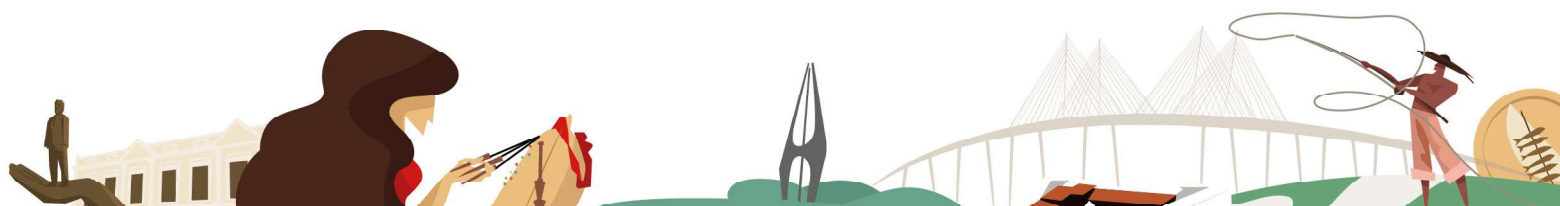
COORDENAÇÃO DE SESSÃO TEMÁTICA

Maria Isabel Araújo (FJP-MG)
Patrícia Vendramini (UDESC-SC)
Raquel Silveira (UFRN)
Carlos Raul Etulain (Unicamp-SP)
Milena Pavan Serafim (Unicamp-SP)
Sara Medeiros (UFRN)
Gustavo Costa de Souza (UFLA-MG)
Letícia Maria Schabbach (UFRGS-RS)
Sandra Gomes (UFRN)
Ana Maria Barcellos Malin (UFRJ-RJ)
Christiana Soares de Freitas (UnB-DF)
Edgilson Tavares de Araújo (UFRB-BA)
Valéria Giannella (UFSB-BA)
Pâmela Brandão (UFRN)
Lindijane de Souza Bento Almeida (UFRN-RN)
Lizandra Serafim (UFPB)
Maria Aparecida Abreu (UFRJ-RJ)
Augusto de Oliveira Tavares (UFCA-CE)
Marco Antônio Teixeira (FGV-SP)
Hironobu Sano (UFRN-RN)
Rodrigo Horochovski (UFPR)
Geralda Luiza de Miranda (UFMG-MG)
Terezinha Cabral de Albuquerque Neta Barros (UERN)
Rosana Boullosa (Unb)
Zilma Borges (FGV)
Luis Fernando Bessa (Unb)
Sylmara Gonçalves-Dias (EACH-USP)
Ricardo José de Azevedo Marinho (UNIGRANRIO-RJ)
Renata Bastos da Silva (UFRJ)

Joana Moura (UFRN)
Fernanda Natasha Bravo Cruz (UnB-DF)
Magda de Lima Lúcio (UnB-DF)
Gabriela Lotta (FGV)
Luciana Leite Lima (UFRGS)
Natália Massaco Koga (ENAP)
Cláudio Roberto de Jesus (UFRN)
Marcelle Gomes Figueira (UCB)
Rodrigo Figueiredo Suassuna (UFRN)
Lalita Kraus (IPPUR/UFRJ)
Carmen Carvalho (UESB)
Gustavo Gindre Monteiro Soraes (FioCruz)
Alberto de Oliveira (IPPUR/UFRJ)
Deborah Werner (IPPUR/UFRJ)
Nathália Azevedo (IPPUR/UFRJ)
Alcides Fernando Gussi (UFC)
Breyenner Ricardo de Oliveira (UFOP)
Camila Gonçalves De Mario (IUPERJ/ UCAM)
Renata Callaça Gadioli dos Santos (UNB)
Anderson Christopher dos Santos (UFRN)
Janaína Lopes Pereira Peres (UNB)
Suylan de Almeida Midlej e Silva (UNB)
Frederico Lustosa da Costa (UFF)
João Mendes da Rocha Neto (UNB)
Zoraide Souza Pessoa (UFRN)
Luziene Dantas de Macedo (UFRN)
Ricélia Marinho (UFCEG)
Joseneide Souza Pessoa (UFPB)

ORGANIZAÇÃO GERAL DOS ANAIS DO ENEPGP V.3, N.3, 2019

Lindijane de Souza Bento Almeida
Raquel Maria da Costa Silveira
Ana Vitória Araújo Fernandes
Fabiano Jorge Soares



007

FEDERALISMO E RELAÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS

SESSÕES TEMÁTICAS



FEDERALISMO E AUTONOMIA: ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DAS UNIDADES FEDERATIVAS

Carlos Tiago Jorge de Azevedo

RESUMO

Este artigo analisa a participação o impacto do modelo federativo brasileiro, na elaboração de leis que criam metas e regulamentam ações das cidades brasileiras. Ao contrário do que se propôs, a CF 88 não promove uma descentralização que leve uma autonomia plena entre os entes federados. A policy decision-making não foi alcançada por Estados e Municípios, a estes o limite é a policy-making, ter autonomia na execução de uma ação não é o mesmo que ter autonomia na elaboração dessa ação. A ausência de um nível de veto player para Estados e Municípios com relação as União permite uma padronização de leis que dispões sobre regulação das cidades e podem inferir na efetividade da lei. A democratização dentro da federação é necessária para a melhor elaboração das leis e conduzir, de fato, a efetividade da norma.

FEDERALISMO E AUTONOMIA: ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DAS UNIDADES FEDERATIVAS.

A opção brasileira por um Estado democrático e federalista enseja discussões que versam sobre autonomia, autoritarismo e minorias, no que tanger as relações entre União, Estados e Municípios. E o que interessa na participação das unidades subnacionais na construção do texto contotucional? Policy decision-making, assegurar assento e voz junto à mesa de negociações e decisões que afetam todos os entes federados. Esta desejada cooperação, uma das bases federalistas, entre as unidades “autônomas”, é que consequentemente leva ao desempenho dos programas a serem articulados.

Assim, a incorporação das unidades constituintes no processo de formulação aumenta as chances de produzirn desenhos de política nacional que gerem incentivos para a adesão e cooperação na fase de implementação. Por contraste, as políticas cujo desenho mobilizam a desconfiança por partes das unidades constituintes tendem a reduzir suas chances de efetividade. (ARRETICHE, 2012, p.23-24)

A expectativa desta participação é resultado desta proposta constitucional, onde pela primeira vez os municípios foram integrados à federação como organização permanente e autônoma. Esta posição constitucional se dá principalmente numa contraposição em relação a caracterísitca centralizadora do governo militar e o aumento da demanda por maior autonomia financeira dos municípios frente ao problema do fenômeno do êxodo rural, que deu visibilidade aos centros urbanos com protagonismo dos problemas estruturais e de desigualdade no país.

FORTALECIMENTO DO GOVERNO FEDERAL E REPRESENTAÇÃO

Mesmo escolhido um modelo federativo descentralizado, o que se pode observar é que desde sua promulgação existe um protagonismo do governo central. Arretche (2012) aponta que a formação e execução do Federalismo brasileiro fortaleceram a União e “favorecem a autoridade do governo central”. A CF88 permite ainda à União, o poder de legislar sobre todas as ações dos entes federados, ou seja, no §4 do Art.24 dá ao governo central um controle “centralizado sobre legislação concorrente”, por outro lado através de seu Art. 23 aponta a necessidade de se regulamentar, através de leis, o que e em qual forma se rege a cooperação entre os entes.

Embora as Emendas Constitucionais precisem de 3/5 para sua aprovação, o que aprofunda o seu debate, as “regulamentações” previstas na CF com relação as participações e ações dos entes federados, não precisam do mesmo sistema de aprovação, ou seja, mesmo que interfiram no funcionamento direto dos entes, basta a aprovação por maioria simples.

Pode-se argumentar, corretamente, que muitas disposições transitórias das constituições brasileiras permanecem letra morta. Entretanto, o argumento apresentado aqui não é de que essa legislação foi iniciada porque a CF assim o exigiu. Diferentemente, o argumento sustenta que as Disposições Transitórias não impediram que as elites do governo central iniciassem esse tipo de matéria. Ou melhor, as Disposições Transitórias permitiram que a agenda do governo federal, que visava regular as finanças e políticas dos governos subnacionais, tenha sido apresentada e processada sob condições institucionais que facilitariam sua aprovação parlamentar, bem como limitariam as oportunidades de veto dos governos subnacionais. (ARRETCHÉ, 2012, p.68)

Diferente do que observou Alfred Stepan, que o jogo político de representação na Câmara Federal e no Senado elevaria os riscos de “paralisa decisória”, ocorre é que se percebe um Governo Federal forte e que consegue negociar suas propostas dentro da capital, junto às lideranças partidárias, por outro lado, Estados e Municípios ofertam desproporcional poder de barganha perante a União.

Entre os anos de 1990 e 2006, conforme dados disponíveis no Centro de Estudos da Metrópole – CEM, a legislação aprovada que afetava algumas ou todas as unidades federativas, mesmo que negativo, as bancadas estaduais votaram a favor, exemplos: Lei Kandir, Estatuto das Cidades, Lei Camata, LRF, etc.

Nos artigos 21 e 22 da CF, os constituintes deram autonomia sobre maneira à União e regularam intrinsecamente a autonomia das sub-unidades a formularem suas próprias políticas (ARRETCHÉ 2012). Podemos destacar no artigo 21 da CF quando são estipuladas 25 segmentos de competência da União dentre eles o de “elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social”.

O DISCURSO DA CRISE

Existe um limite de ação dos municípios com relação à sua receita e seus gastos, diferente do que acontece com o Governo Federal que consegue criar novos impostos, escondidos por trás de tributos, desvinculando seu destino, podendo utilizar o arrecadado de acordo com sua própria estratégia.

Além das “questões tributárias” ou da “autonomia financeira”, a CF88 também parametriza as ações dos entes federados, ou seja, é no seu texto que todas as questões relacionadas a estes entes estão previstas, ou preveem a elaboração de normas que vão regulamentar e dar as diretrizes para a conduta da federação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo considerados como entes federativos, os Municípios não tem voz nas decisões relacionadas a elaboração e aprovação de leis que tratam da estrutura e do funcionamento das cidades. Nosso modelo federativo é centralizado em todas as esferas, com exceção da execução das políticas públicas básicas..

Não existe simetria nas relações dos entes federados e a consequência pode ser a ausência de legitimidade de uma regra posta de forma vertical. É necessário focar na democracia entre as instituições, e nosso pacto federativo compreender que as dimensões físicas do Brasil requerem uma estrutura mais horizontal, mesmo que apenas nos assuntos que afetam diretamente a todos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares. O Estado no Brasil Contemporâneo. Um passeio pela história. In: Melo, Carlos Ranulfo; Sáez Manuel Alcântara (orgs). A Democracia Brasileira. Balanço e perspectivas para o século XXI. Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 17–31.

ARRETCHE, Marta. Democracia, Federalismo e Centralização no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz/Ed. FGV (coedição), 2012.

_____, Marta; CORDEIRO, Berenice de Souza; FUSARO, Edgard; DIAS, Edney Cielici; BITTAR, Mariana. Capacidades administrativas dos municípios brasileiros para a política habitacional. Brasília/São Paulo: Ministério das Cidades/ CEM, 2012

Brasil, 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Centro de Documentação da Câmara dos Deputados.

STEPAN, Alfred. “Para uma nova análise comparativa do federalismo e da democracia: federações que restringem ou ampliam o poder do Demos”. Dados, vol. 42. nº. 2, 1999

DEMOCRACIA NO SÉCULO XXI E OS DESAFIOS PARA A GESTÃO PÚBLICA



ENEPCP
NATAL/RN BRASIL
27 A 30 DE AGOSTO
2019